

	<b>Autor</b>	<b>Contribuição</b>
1	<b>Fátima Elodia</b> CMPU – Macrorregião Leste 1	Questiona se o prazo até 24 de outubro é suficiente para a participação dos 12 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Diz que a publicidade da Revisão do PDE não está sendo efetiva como deveria, apesar de sua filha ter visto no metrô a publicação da agenda da Etapa 2.
2	<b>Stela Da Dalt</b> CMPU – Macrorregião Centro	<p>Faz uma primeira proposta para que a frequência da realização das Conferências da Cidade seja alterada de 3 em 3 anos para 4 em 4 anos, se possível coincidindo com a metade do período do mandato do executivo municipal.</p> <p>Em segundo, propôs a recriação do orçamento participativo que foi extinto pelo legislativo – CPOP. Sua terceira, é para que haja um maior equilíbrio entre a utilização dos recursos do FUNDURB destinados para habitação de interesse social e para o desenvolvimento de projetos de intervenção urbana, em consonância ao artigo que define a utilização dessas verbas, tendo em vista que hoje está sendo destinado um montante muito maior para projetos de intervenção urbana que não possuem necessariamente uma função social em benefício a população e a cidade.</p>
3	<b>Lucila Lacrete</b> CMPU – Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP)	<p>Fala sobre o art. 4º do PDE, e que nenhum outro traz limitações para a revisão do Plano Diretor, pois uma revisão tem por objetivo corrigir algo que não vem dando certo. Portanto, defendeu que não concorda com limitações de revisão sobre o PDE, pois acredita que o que não está sendo efetivo precisa ser modificado. Quanto aos roteiros de estudos para avaliação da necessidade de revisão, ela quer saber quem participou e elaborou esse roteiro, e ainda quais foram os critérios de avaliação, pois só há uma lista dos títulos e outra do escopo e subtemas, mas que não elucida a conceituação e a necessidade de revisão, pois ficou muito claro que a questão do uso do solo e dos instrumentos que nele irão refletir são objetos de muita preocupação, tanto do setor empresarial, como da população, que sofrem os impactos desses investimentos.</p> <p>Com relação à sustentabilidade ambiental e as mudanças climáticas, que apesar de ter uma Secretaria exclusiva para este tema, até o momento, não compreendeu qual a participação dessa Secretaria na revisão do Plano Diretor, pois há muita coisa que deveria ser revista em termos de aplicabilidade da questão ambiental, como limitações para a execução de obras da construção civil, para enfrentamento das mudanças climáticas, que absolutamente não está presente nessa revisão.</p>

4	<b>Mauro Sérgio Caliar</b> CMPU – Representante do CMTT	Questiona a respeito do que tem acompanhado pelos comentários da participação popular, afirmando que a metade deles, se não for mais, são relacionados à falta de planos regionais. Tanto o diagnóstico como as soluções que são levantadas, se referem à ausência de um plano regional, e solicita que sejam feitos nos 32 territórios municipais, de modo que as Subprefeituras deem conta das especificidades de sua região. E finaliza com a pergunta que se haverá uma fase intermediária entre o Plano Diretor e o Zoneamento.
5	<b>Daniel Todtmann Montandon</b> CMPU – Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	<p>Fala da possibilidade da Academia contribuir com a Revisão do PDE. Inclusive informou sobre o Fórum SP 2021 que realizaram o ano passado que foi muito produtivo, e por esta razão, estão organizando o Fórum SP 2022 (<a href="https://sites.usp.br/forum22/">https://sites.usp.br/forum22/</a>). Este Fórum é organizado por várias universidades e entidades, envolvidas em vários temas voltados para política urbana, com destaque para a FAU/USP, do Centro Estudo da Metrópole, Centro Maria Antônia, a Escola da Cidade, a UNINOVE, a Mackenzie, a Comissão de Direito Urbanístico da OAB, apoio do INSPER, do IBDU, do Centro de Estudos Avançados da USP e a Fundação Tide Setúbal. Para este ano o Fórum foi organizado em 15 temas, com foco de trabalho para a apresentação de propostas para revisão do Plano Diretor, voltadas para o aprimoramento do PDE, e que está com chamada aberta para encaminhamento das propostas até o dia 16 de novembro.</p> <p>Acredita ser uma forma de mobilizar contribuições e reflexões sobre a revisão do Plano Diretor, promovendo uma ampla visão sobre a Revisão do Plano.</p> <p>Expôs uma reflexão a respeito dos limites de discussão sobre o zoneamento da cidade, quando divididos entre Plano Diretor Estratégico e a Lei de Zoneamento do município. Solicita que haja clareza por meio da Prefeitura sobre quais pontos da disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo, e as regras de construção, retificação e aproveitamento dos lotes, serão tratados na revisão do Plano Diretor, pois em seu entendimento é possível revisar conceitos, parâmetros, mas não haverá mudanças nos mapas, entretanto isso é apenas uma suposição, e não algo exposto de forma transparente pela Prefeitura, o que acha essencial neste momento.</p>

6	<p><b>Maria Laura Fogaça Zei</b> CMPU - Associação de Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança (ASSAMPALBA)</p>	<p>Coloca a questão do número de participantes e da efetividade das propostas entregues na Subprefeitura da Lapa. Defende que o CADES Lapa sempre teve grande participação, que a comunidade local é bem mobilizada, mas que a reunião que aconteceu no dia 17 de outubro teve pouquíssimos participantes, o que a preocupa, especialmente com relação à qualidade dessas contribuições, pois havia um formulário que precisava ser preenchido e entregue na hora, não podendo ser levado para casa, além de não ser protocolado, o que impossibilita o acompanhamento da sistematização ou não do que foi entregue ali.</p> <p>A maior reclamação é sobre o mercado imobiliário e sobre as transformações que acontecem nos bairros e na cidade como um todo. E questiona como é possível revisar isso dentro do PDE, pois antes havia um instrumento que mensurava a capacidade de suporte dos bairros, e o que podia ser acrescido. Agora com os Eixos Estruturantes e a possibilidade de poder verticalizar até 6,5 vezes o território, precisamos questionar se é essa transformação que desejamos para a cidade, além do impacto ambiental, que é muito falado a respeito dos mananciais, do desmatamento que está acontecendo, acrescentando a construção de HIS que não está acontecendo, apesar do FUNDURB estar arrecadando muito dinheiro.</p> <p>Está havendo um enriquecimento em uma área que já é privilegiada, aonde já existe infraestrutura, o que é “chover no molhado”.</p> <p>Entende que precisamos é de uma cidade mais equitativa.</p>
7	<p><b>Stela Da Dalt</b> CMPU – Macrorregião Centro</p>	<p>Acrescenta mais uma sugestão de proposta com relação ao artigo dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU), no sentido de que haja uma classificação mais detalhada nessa Revisão do Plano Diretor, sobre quais são os tipos de PIU, a exemplo: um PIU que incide sobre uma Zona de Ocupação Especial (ZOE), ou um PIU que incide sobre o que vem de uma Manifestação de Interesse Privado (MIP) e como cada um desses é ou será feita uma participação e um acompanhamento da gestão democrática desse PIU, pois o que se vê hoje na prática é a imposição do artigo de lei para que tenha uma participação democrática, mas na aplicação e na criação dos PIUs ela se esgota simplesmente nos processos de consulta e de audiências públicas. Por existir um entendimento póstumo após a publicação da lei sobre o que é um PIU, que cada momento apresentam uma classificação diferente, ora é Plano, ora é Projeto, ora é Processo, tendo em vista possuir uma nomenclatura muito genérica.</p> <p>Com relação ao caso específico dos PIUs de ZOE que em toda a sua totalidade culminam para que tenha uma forma democrática dessas concessões, mas que atualmente não estão acontecendo, portanto isso precisa ser aprimorado para que seja de fato possível cumprir as premissas da legislação, que não é apenas a participação para a apresentação de proposta de ideias, mas o acompanhamento da aplicação do que foi ali proposto desde o início.</p>

8	<b>Beatriz Messeder Jalbut</b> CMPU – Associação Comercial de São Paulo	Questiona que, passada essa fase de colheita de propostas (até dia 24/10), acredita que a SMUL já tenha um cronograma de início e término da próxima Etapa 3. Pergunta quando terão a minuta de Projeto de Lei e as respectivas audiências para o debate público.
9	<b>Wellyene Gomes Bravo</b> CMPU – Macrorregião Sul 2	Diz que vem acompanhando os eventos que estão sendo realizados para a Revisão do PDE, mas que em seu entendimento o andamento e o alcance da revisão não estão a contento. Os planos regionais em seu entendimento seriam para fazer um acompanhamento da implementação do PDE, mas observa-se que ele não está sendo feito, uma vez que as Subprefeituras não estão emitindo relatórios anuais demonstrando o que foi ou não implementado.
10	<b>Margareth Matiko Uemura</b> CMPU - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)	Manifestou estar contemplada com a fala do Daniel e da Stela. Falou sobre a falta de implementação das ZEIS. Sugere incluir no escopo um item que demonstre os parâmetros que, de fato, não deram certo e os que ainda não possuem uma análise por falta de implementação, para que fique mais fácil de avaliar se é um instrumento que merece revisão ou não. Com relação às fachadas ativas, acredita que está havendo uma concentração de renda ainda maior em uma região que já possui boa estrutura, e ainda afasta os pequenos empreendedores que havia na região com a chegada desses espaços, uma vez que trazem edificações mais novas, e conseqüentemente valor de aluguéis mais altos e concorrentes mais fortes. Para concluir, com relação às áreas verdes, fala que elas não estão sendo devidamente resguardadas para que haja áreas mais arborizadas, para compartilhamento da sociedade. Acrescentou que o processo de participação precisa adotar uma linguagem mais simples, pois a linguagem técnica dificulta a sua compreensão.

11	<b>João Moreirão</b> CPMU – Macrorregião Norte 2	<p>Confirmou o que a Stela Da Dalt havia falado em relação à gestão democrática dos PIUs, indicando que os números informados pela SMUL de 1648 participantes nas oficinas é muito ínfimo se comparado com os 12 milhões de habitantes do município de São Paulo, pois essa participação corresponde, em suas contas, a 0,016% da população.</p> <p>Conclui que o problema central é a falta de definição do escopo e de gestão democrática da cidade. Incluindo nessa visão a população que não está sendo comunicada e nem ouvida, por não saber o que é o PDE, não saber o que está acontecendo na cidade e nem do seu direito a participação neste processo de revisão. Além ainda, de entender que não está havendo uma publicidade adequada dos eventos e cronogramas da Revisão do Plano Diretor.</p>
----	--	--

12	<p><b>Wellyene Gomes Bravo</b> CPMU – Macrorregião Sul 2</p>	<p>Em seu entendimento a criação dos Planos Regionais seria uma forma de fazer a implementação do Plano Diretor nos diversos territórios do município, e assim facilitar o acompanhamento da execução de suas diretrizes. Ocorre que o Plano Regional foi feito em 2016 e este acompanhamento não está sendo feito. Além de que as Subprefeituras deveriam estar apresentando anualmente os resultados dos Planos de Ação, e não estão fazendo. O resultado é não termos um diagnóstico correto, que possibilite aos munícipes elaborarem as suas contribuições. Conclui que a primeira coisa a ser feita é reconhecer isso.</p> <p>Com relação aos instrumentos do Plano Diretor, a exemplo da outorga onerosa para áreas construídas e áreas não construídas está impedindo que as pessoas se apropriem da cidade. O mercado imobiliário está construindo cada vez mais prédios, comprando e demolindo inúmeras residências, mas o valor pago pela venda dos terrenos não possibilita que os antigos proprietários adquiram outro imóvel na região, os obrigando a irem para localidades distantes ao seu bairro de origem.</p> <p>O mesmo acontece com relação à proposta de construir fachadas ativas, pois o valor de locação desses novos espaços é muito alto, o que força os comerciantes da região irem para lugares mais afastados, perdendo sua clientela, ou seja, não está havendo o incentivo ao desenvolvimento do pequeno negócio, como era proposto por este instrumento.</p> <p>A destinação dos valores arrecados com a outorga onerosa também não está sendo destinado para habitação de pessoas com baixa renda.</p> <p>Portanto, acredita que nessa revisão há a necessidade de tornar mais rígida as regras descritas nos artigos correspondentes a esses instrumentos.</p> <p>Finaliza falando a respeito da falta de resguardo com as praças e áreas verdes lembrando que antes, se havia um loteamento, era possível reservar áreas para a cidade destinada ao compartilhamento da comunidade e à arborização, o que também não é previsto pelo Plano Diretor.</p> <p>Acrescentou após os esclarecimentos, que sua fala defende um processo participativo de forma legítima, mas que a linguagem técnica traga por meio do monitoramento e do diagnóstico dificulta a compreensão de todos os cidadãos para poderem apresentar suas contribuições.</p>
13	<p><b>Stela Da Dalt</b> CPMU – Macrorregião Centro</p>	<p>Agradece os comentários feitos à sua contribuição anterior, e reforça que deseja que sua proposta seja considerada dentro da gestão democrática que esse processo de participação social garante.</p>

14	<b>Fátima Elodia</b> CMPU – Macrorregião Leste 1	Traz um questionamento ao Secretário Adjunto José Armênio de Brito Cruz, sobre a não implementação do §7º do artigo 144 do PDE que determina a constituição de um conselho gestor próprio e paritário, com representantes do poder público e da sociedade civil para controle social e acompanhamento contínuo de cada sessão urbanística. De quem é a atribuição de implantar? É a SMUL? Exemplo: o estádio do Pacaembu foi concedido a mais de dois anos e até agora não tem uma gestão democrática, nem foi implementado o Conselho Gestor do PIU, e nem se quer o Conselho Gestor da própria concessão.
15	<b>João Moreirão</b> CMPU – Macrorregião Norte 2	Acrescenta que, em sua opinião, não há diagnóstico da aplicação do PDE, inclusive que esta também é a opinião do Ministério Público. Conclui então que não está tão mal acompanhado.  Questiona também a participação nas oficinas da Etapa 1, questão que ninguém o respondeu se consideram suficiente para que seja encerrada a primeira etapa de revisão.